

LEIBNIZ: ETIMOLOGIA E ORIGEM DAS NAÇÕES (2015)

Frédéric De Buzon (1949-)¹⁰⁸

Tradução e notas: Húbson Canuto¹⁰⁹

Dos muitos aspectos da atividade intelectual de Leibniz, o estudo da história não é, de forma alguma, o mais estudado hoje. O principal trabalho de síntese sobre aquela que foi, no entanto, uma das ocupações mais importantes e constantes do filósofo de Hanôver data de 1906, *Leibniz historien* de Louis Davillé¹¹⁰, que além disso dedicou páginas notáveis às questões etimológicas. No entanto, e este é o único ponto de vista que pode nos preocupar aqui, esta pesquisa não deixa de ter interesse para a compreensão de certos aspectos da filosofia de Leibniz, mesmo em seus aspectos teóricos, por exemplo no que diz respeito à linguagem e suas funções. Isso é evidenciado pelo fato de os *Novos ensaios*¹¹¹ apresentarem um conjunto de argumentos resultantes de reflexões filológicas e retomados, alguns anos depois, em um ensaio histórico, a *Brevis designatio meditationum de origine gentium* [de 1710]. Além disso, a metafísica como a concepção de conhecimento e linguagem desenvolvida por Leibniz são sempre orientadas para fins que não são apenas especulativos: sempre há nele uma grande porosidade entre domínios de conhecimento aparentemente separados. A análise histórica que ele oferece das línguas naturais é um exemplo particularmente interessante e marca uma etapa muito importante no comparatismo [ou comparativismo] histórico em linguística¹¹². O

¹⁰⁸ Frédéric de Buzon é professor de filosofia na Universidade de Estrasburgo, França.

¹⁰⁹ Húbson Canuto é professor de Língua Portuguesa, História da Língua Portuguesa e Fonética e Fonologia do Português no Instituto Federal de Alagoas (IFAL); é mestre em filosofia pela Universidade Federal de Sergipe e integra o GEFILUFS.

¹¹⁰ Louis Davillé, *Leibniz historien, Essai sur l'activité et la méthode historique de Leibniz*, Paris, Alcan, 1909.

¹¹¹ *Nouveaux Essais sur l'entendement humain*, III, 2, § 1, A VI, 6, 278-286 (A = G. W. Leibniz, *Sämtliche Schriften und Briefe*, editado pela Academia de Ciências de Berlim, 1923, citado de acordo com o número da série, do volume, se for o caso da parte do volume, da página).

¹¹² Ver, para o quadro geral da história da linguística comparada na era clássica, Daniel Droixhe, *La Linguistique et appel de l'histoire (1600-1800), Rationalisme et Révolutions positivistes*, Genebra-Paris, Droz, 1978, e particularmente em Leibniz, p. 126 a 142; D. Droixhe e Ch. Grell (ed.), *La linguistique entre mythe et histoire, Actes des journées en l'honneur de H. Aarsleff*, Münster, Nodus Publications, 1993. O estudo mais desenvolvido sobre Leibniz e a história das línguas continua sendo o de Sigrid von der Schulenburg, *Leibniz als Sprachforscher*, ed. por K. Müller, Frankfurt / Main, 1973 (este estudo foi escrito entre 1929 e 1939, mas publicado posteriormente). Em relação à localidade de Leibniz, faremos referência também a outro estudo de D. Droixhe citado a seguir.

problema tratado aqui, simétrico à questão do interesse filosófico dos textos sobre metodologia histórica, será o do uso de considerações linguísticas de natureza filosófica na pesquisa histórica, a partir principalmente de dois textos, a *Brevis designatio* e o que parece menos um exercício de aplicação do que uma resposta a objeções, o *De origine francorum* de 1715. Este opúsculo, além disso, é apenas um exemplo, entre outros, de considerações sobre as origens dos povos¹¹³. Como costuma acontecer com Leibniz, a conclusão da *Brevis designatio* é menos a recapitulação do que foi aprendido do que a abertura para outras questões, ou mais exatamente para outros métodos de abordagem das questões tratadas, e, na realidade, volta aos fatos historicamente documentado por fontes, e não mais por conjecturas linguísticas. Nesse sentido, as considerações finais da *Brevis designatio* são um convite a continuar o debate sobre o terreno habitual do historiador. O que Leibniz fará em 1715.

HISTÓRIA E FILOLOGIA NA *BREVIS DESIGNATIO*

A Brevis designatio meditationum de originibus gentium ductis potissimum ex indicio linguarum, [Breve ensaio sobre a origem dos povos principalmente deduzidos de indicações [contidas] nas línguas]¹¹⁴, apareceu pela primeira vez em 1710 na *Miscellanea Berolinensia*, em um lugar muito privilegiado: este é o primeiro artigo no primeiro número da revista¹¹⁵. Duas traduções francesas deste opúsculo foram feitas, uma completa, mas muitas vezes imprecisa, e a outra parcial, mas muito útil¹¹⁶. A tese filosófica do texto é que considerações linguísticas

¹¹³ Ver em particular a *Dissertatio de origine Germanorum*, Dutens, IV-2, 198-205 (Dutens = GW Leibniz, *Opera omnia*, ed. L. Dutens, Genebra, de Tournes, 1768, 6 vols.), a carta a Nicaise (28 de maio de 1697) sobre a origem dos alemães, Dutens, IV-2, 205-206, *Epistola de originibus nationum Transsylvanicae*, Dutens, IV-2, 206-208.

¹¹⁴ Veja a tradução que foi. *Leibniz e a linguagem: línguas naturais, etimologias e história*. PIAUÍ, William de Siqueira (org.). Curitiba: Kotter Editorial 2019, pp. 89-122. Doravante, as referências a esta coletânea serão assim: PIAUÍ, 2019, p. x [N. do T.]

¹¹⁵ Reimpresso em Dutens IV-2, 186-198.

¹¹⁶ A *Brevis Designatio* foi totalmente traduzido para o francês por J. Sudaka em uma coleção de artigos (André Jacob, *Genèse de la pensée linguistique*, Paris, 1973); essa tradução reapareceu, “muito levemente modificada”, ou seja, corrigida por um ou dois pontos importantes, em uma coleção publicada por Marc Crépon, G.W. Leibniz, *L’harmonie des Langues*, Points Seuil, 2000, p. 170-193. Esta coleção, que por outro lado é muito cuidadosa, é muito útil no que diz respeito à germanística leibniziana; isso torna a presença desta tradução às vezes aberrante ainda mais incompreensível, enquanto alguns erros importantes foram apontados por Daniel Droixhe em “Le voyage de Schreiten: Leibniz et les débuts du comparatisme finno-ougrien”, em D. Droixhe, *De l’origine du langage aux langues du monde: études sur les XVII e et XVIII e siècles*, Tubinga, Narr, 1987, p. 91-114. Esta tradução multiplica interpretações errôneas, absurdos, confusão entre nomes próprios e nomes comuns etc.; além disso, esta situação é bastante agradável para uma obra de história da linguística! Uma tradução do início do ensaio foi dada pelo Padre Emery em seu *Esprit de Leibniz*, vol. II, Lyon, Bruyset, 1772, p. 210-216, e mantém toda a sua utilidade. Nós o reproduzimos no apêndice deste artigo.

podem intervir na ausência de documentação propriamente histórica: “As línguas tomam o lugar dos monumentos históricos, quando não os temos nas origens antigas das nações”¹¹⁷.

Esta proposta apoia-se em elementos de reflexão concernentes à linguagem elaborados por alguns [textos] muito antes de sua utilização neste texto, em particular no livro III dos *Novos ensaios*, mas também em outros ensaios ou opúsculos mais antigos. Três teses principais se destacam, a saber, que (1) a linguagem tem uma origem natural, que (2) nomes próprios são posteriores aos nomes comuns ou apelativos e derivados deles e que (3) nomes próprios, em particular os topônimos, aparentemente incompreensíveis em si mesmos, são os sedimentos linguísticos de línguas que desapareceram das regiões onde eram utilizadas, podendo assim servir de pistas sobre as populações que anteriormente as ocupavam. Leibniz, portanto, se opõe às hipóteses convencionalistas sobre a origem da linguagem, bem como às visões dos empiristas sobre a generalização de nomes a partir de uma designação de indivíduos. Em geral, a ideia de que deve haver uma razão para qualquer mudança nas línguas que não dependa de uma vontade arbitrária (mas na qual o acaso pode desempenhar algum papel) coexiste, e a ideia de certa harmonia de línguas malgrado sua diversidade.

(1) No que diz respeito à origem natural da linguagem, não devemos ver um retorno do cratilismo contra a tese convencionalista de inspiração aristotélica. Leibniz rejeita a alternativa clássica e propõe um dispositivo que naturaliza o modo como as palavras foram formadas e pelas quais adquiriram significado, sem que esse significado fosse estritamente natural ou inerente ao conceito expresso pelas palavras. É uma tese não sobre a verdade das palavras, mas sobre a história de sua formação pelo efeito que as coisas têm sobre os homens e, por extensão, sobre o interesse documental que a etimologia pode ter. Um breve texto datado dos anos 1677-1678¹¹⁸ trata explicitamente da naturalidade da origem da linguagem; ele certamente se recusa a reconhecer uma certa e determinada conexão entre palavras e coisas (o que seria tal que tivéssemos uma relação um-para-um das duas variedades). Mas a recusa desta conexão estrita não acarreta uma arbitrariedade pura, uma vez que deve haver causas para as quais certas palavras sejam atribuídas a certas coisas¹¹⁹. Em consonância com o *Dialogus* de 1677, que recusa que a suposta arbitrariedade de palavras e caracteres conduza a uma arbitrariedade de

¹¹⁷ “*Cum remotæ Gentium Origines historiam transcendant, Linguae nobis præstant veterum monumentorum vicem.*”, Dutens IV-2, 186.

¹¹⁸ *De linguarum origine naturali*, A VI, 4-A, 59.

¹¹⁹ Ver Stefano Gensini, “‘Naturale’, ‘Arbitrarium’ and ‘Casus’ in Leibniz’ Theory of Language”, in D. Droixhe et Ch. Grell (éd.), *op. cit.* p. 71-110.

verdades¹²⁰, e que vê, pelo menos nas relações dos elementos das palavras, relações não arbitrárias (por exemplo, fósforo é equivalente a *lucífero*¹²¹, de acordo com as raízes gregas e latinas), e sob a suposição implícita na noção de expressão definida em *Quid sit Idea*¹²², Leibniz tenta reduzir ao máximo a aparente ausência de razão que liga a palavra à coisa. A tese convencionalista, que atribui à linguagem uma origem *ex instituto*, ou seja, uma origem arbitrária¹²³, é eliminada da realidade histórica e só é realizável senão nas linguagens artificiais ou semiartificiais: linguagens inteiramente artificiais como as de Wilkins ou Dalgarno, linguagens semiartificiais, que são os idioletos de sociedades mais ou menos secretas, como os *Narquois*. Além disso, todas essas linguagens convencionais supõem uma linguagem natural pré-existente. Um avatar da tese convencionalista (vontade dos homens que fazem contratos entre si) é a hipótese igualmente voluntarista de uma linguagem arbitrariamente instituída por Deus ou da linguagem Adâmica, considerada uma linguagem perfeita (tendo servido, a exemplo da Bíblia, para nomear os animais). Isso também é recusado: como a *Brevis designatio* especificará mais tarde, a linguagem de Adão ou dos primeiros homens deve ter sido apenas um conjunto de onomatopeias, longe de uma linguagem ideal que teria sido esquecida. Mesmo que, nos *Novos ensaios*, Leibniz lembre o nome de J. Böhme, certamente não é para reter a ideia de uma origem perfeita da qual os homens, infelizmente, teriam se afastado. No entanto, deve haver nas línguas analogias de relações entre os elementos, como “esta ordem, embora variada, apresenta certa correspondência em todas as línguas”¹²⁴; este mínimo de relações¹²⁵ corresponde bem às teses do *Dialogus* e do *Quid sit Idea*.

No entanto, devemos chegar a uma origem:

As línguas, porém, têm origem natural, advinda da harmonia [*accord*] dos sons com as paixões que a visão das coisas excitava no espírito [ou despertava na mente]. E eu consideraria que essa origem se deu não só na língua primigênia, mas também nas

¹²⁰ *Dialogus*, GP VII, 190-193 (GP = Leibniz, *Die philosophischen Schriften*, éd. Gerhardt, Berlin, 1875-1870, 7 vol., múltiplas reimpressões); A VI, 4-A, 20-25. Tradução francesa in Leibniz, *Discours de métaphysique et autres textes*, éd. Christiane Frémont, Paris, Flammarion, 2001, p. 99-110.

¹²¹ O termo latino *luciferus* significa *portador de luz*. Optamos por traduzir por *lucífero* para evitar complicações interpretativas. [N. do T.]

¹²² A VI, 4-B, 1369-1371. Traduções francesas de Fr. de Buzon, in Leibniz, *Recherches générales sur l'analyse des vérités*, éd. J.-B. Rauzy, Paris, PUF, 1998, p. 445-446 e de Chr. Frémont, in Leibniz, *Discours de métaphysique*, éd. citée, p. 111-115. [Veja-se LEIBNIZ, G. W. **O que é a ideia?** Trad. Carlos Lopes Mattos. Abril Cultural, 1983 (N. do T.)]

¹²³ Para esta equivalência, cf. *Novos ensaios*, in PIAUÍ, 2019, p. 49-64.

¹²⁴ *Dialogus*, trad. citada, p. 107.

¹²⁵ A palavra usada aqui é *rappports* que também poderia ter sido vertida por *conexões*, mas optamos por *relações* uma vez que *conexões* teria sua forma específica em francês, além de ser uma palavra importantes para a filosofia leibniziana sobre a conexão das línguas e das nações. Ver. PIAUÍ, 2019, pp. 15-17. [N. do T.]

línguas que nasceram depois, decorrente em parte da linguagem primitiva, em parte de um novo uso dos homens dispersos pelo mundo¹²⁶.

Em alguns casos, é possível remontar à onomatopeia, que é a marca mais antiga, e na qual a conexão entre som e coisa é evidente (por exemplo, o som de sapos e o coaxar); deve-se então supor que as línguas foram formadas dessa maneira, mesmo que essa pesquisa nem sempre seja bem-sucedida. A naturalidade causal das línguas, motivando a *onomatopeia* (termo que Leibniz usa em seu sentido próprio de confecção de nomes¹²⁷), não acarreta de forma alguma uma universalidade de significado como consequência necessária. Por outro lado, a diversidade de línguas não pode ser uma indicação suficiente para provar seu carácter estritamente convencional. Dependendo da constituição das pessoas e dos revezes dos agrupamentos humanos, palavras diferentes podem ser formadas.

Aqui, como em outros lugares, Leibniz recusa também uma concepção voluntarista que faria das línguas o objeto de uma decisão arbitrária, isto é, sem um mínimo de razões na relação entre as coisas expressas e os signos que as exprimem, e é também assim que ele escapa do dilema da origem contratual impossível (como alguém pode concordar sem palavras sobre o significado das palavras?) ou da naturalidade inaparente (se as línguas fossem naturais, teriam de ser universais, mas a diversidade atesta o contrário). Leibniz associa duas ideias essenciais em sua tentativa de fazer a história natural das línguas.

A primeira ideia é que a evolução do tempo e os deslocamentos dos homens obscurecem os significados originais; palavras particulares (*peculiaris*) são formadas de maneiras diferentes, dependendo das diferenças de pronúncia e do fato de serem os afetos, os instintos e não o raciocínio que prevalecem na formação da língua (o que justifica a variedade das línguas): “Houve uma diversificação, de acordo com as disposições da alma e os próprios órgãos da fala que nem todas as nações possuem com igual facilidade [desafogo]”.

Este mecanismo de corrupção é facilmente reproduzível:

Eu me lembro de escutar um inglês de nobre ascendência que falava gaulês de modo inglês, [e] inglês de modo gaulês; e uns cem [indivíduos] semelhantes teriam, depois de algum tempo, produzido uma nova língua; tal como a corrompida dos atuais récios que [foi produzida] a partir da itálica ou da gaulesa, não menos que essas [o foram] a partir da latina. E as repetidas corrupções, por fim, confundem todos os traços da origem das corrupções. Assim, não me admiro se o parentesco (*cognatio*) das nossas [línguas] com as línguas [daqueles povos] dos interiores da África e de todos [aqueles] da América não possa ser conhecido¹²⁸.

¹²⁶ Traduzido de A VI, 4, 59. [Tradução nossa]

¹²⁷ O termo *onomatopeia* do grego significa *fazer nomes, confeccionar nomes*. [N. do T.]

¹²⁸ *Brevis designatio*, in PIAUÍ, 2019, p. 96.

A correspondência com Sparvenfeld esclarece as hipóteses genéticas. Assim, no verão de 1699, Leibniz anotou em um esboço de carta:

Certa vez, examinei o dicionário da língua armórica ou britânica de Boxhornius e fiz várias observações lá, achando-o semiteutônico. Como o antigo gaulês também estava aparentemente no passado. Entre outras coisas, notei que *Aber* quer dizer fim, termo, que concorda com *havre*¹²⁹, que normalmente é a saída ou termo de um rio. Isso porque *Abend* é noite em alemão e *Ebbe* é o retorno, e *aber* é uma repetição, e *abermahl iterum*¹³⁰. Mas a raiz de tudo é *ab*, *απ*, porque muitas vezes as outras palavras vêm das partículas.

[Eu acredito que as partículas e particularmente a interjeição, ou seja, os sons mal articulados e ásperos que os homens começaram a favorecer visivelmente ou por causa de certos objetos são as linguagens dos elementos, e *ab* parece-me marcar um fim, um movimento que é repentinamente interrompido, *schab-ab*, é uma daquelas palavras cujo som parece marcar algo: *hiermit sag ich der welt schab-ab*]¹³¹.

Assim, a onomatopeia marca o limite da busca pelas origens; S. von der Schulenburg cita a propósito esta observação extraída do manuscrito da *Dissertation sur l'histoire étymologique* “uma vez encontrada, uma origem posterior não deve mais ser buscada”¹³². A onomatopeia dá, com efeito, a razão para atribuir o som a um estado de coisas ou a um estado mental; Leibniz também comenta na *Collectanea Etymologica* que as “Onomatopeias, onde o som obviamente combina com as coisas, merecem ser coletadas”¹³³.

A segunda ideia é que “numa grande parte do nosso continente existem vestígios de uma língua antiga muito difundida”. Essa língua é chamada celto-cita; podemos lembrar que a [língua] cita, considerada uma língua antiga comum ao continente, desapareceu, mas [é] atestada por indícios históricos e resultados de comparações entre línguas antigas e atuais [, estudo que] havia sido introduzido na geração anterior à de Leibniz por Claude Saumaise¹³⁴ e

¹²⁹ Aqui optamos por deixar o termo em francês para destacar a semelhança sonora querida por Leibniz. *Hare* significa, porto, enseada, angra. [N. do T.]

¹³⁰ *Iterum* termo latino que significa *novamente, uma segunda vez*. [N. do T.]

¹³¹ *Extrait de ma lettre à Monsieur de Sparvenfeld*, été 1699, A I, 17, 448. Os colchetes são da mão de Leibniz e reproduzidos na edição de referência. Ver ainda sobre *Aber, ab* etc. as *Collectanea Etymologica*, Dutens VI-2, p. 97.

¹³² *Epistolaris de Historia Etymologica Dissertatio*, ms., citado por Sigrig von der Schulenburg, *op. cit.*, p. 7. H. Aarsleff indicou em 1970 para preparar uma edição deste texto (H. Aarsleff, “The History of Linguistics and Professor Chomsky”, *Language*, 46, 3, 1970, p. 574).

¹³³ Dutens, VI-2, p. 111, cité par S. von der Schulenburg, *op. cit.* p. 10.

¹³⁴ Ver em particular o *De hellenistica commentarius*, Leiden, Elsevier, 1643, p. 366, citado por D. Droixhe, *La linguistique et l'appel de l'histoire*, *op. cit.*, p. 90: “Quase não há nações na Europa ou na Ásia que não provenham do norte. Foi a partir daí que se espalharam os povos cujos descendentes [no original usa-se um termo de agricultura: *enxertia*. N. do T.] ocuparam a maior parte dos dois continentes. E foi a Cítia que lançou [ou transferiu] para o norte, com suas línguas, quase todas as nações que as inundaram. Assim, esta terra dos citas era a maior e mais extensa a leste e a oeste, e deu origem, ao se mudar para o sul, a várias populações, na Europa por um lado e

por Boxhornius¹³⁵. Este último, segundo Bayle, procurou mostrar a “condordância [sympathie]¹³⁶ da língua grega, da língua latina e da língua alemã”¹³⁷, sob o núcleo comum da [língua] cita. Obviamente, é isso que prepara o terreno para a formação, no final do século XVIII, da busca de invariantes com o sânscrito, o que dá origem à hipótese indo-europeia [como tronco linguístico]. Como D. Droixhe mostrou, o próprio avanço de Leibniz na hipótese cita é o reconhecimento do parentesco das línguas fino-úgricas¹³⁸.

A Hermann von der Hardt que lhe perguntou em 1696 “quem dará [fornecerá] a harmonia das línguas” que ele procurava¹³⁹, Leibniz respondeu que em sua opinião não se pode esperar que seja perfeito, mas que “não obstante, é útil empreender algum tipo de comparação”¹⁴⁰. Há sim uma diversidade de línguas, mas isso é até certo ponto compensado pela unidade das estruturas e pela presença de elementos constantes, para além da diversidade dos dialetos: é esta unidade na diversidade, tanto geográfica como histórica, que a hipótese cita propõe à sua maneira. Como será mostrado mais tarde, a história antes da história explora não tanto a busca pela unidade quanto, precisamente, a dupla variedade no espaço e no tempo. Leibniz desejava, ademais, que os viajantes e geógrafos se preocupassem mais com o desenho de mapas linguísticos precisos.

Finalmente, a ideia de uma língua primitiva não pode ser confundida com a de uma língua universal:

Como não existe nada sem razão¹⁴¹, não duvido nem um pouco que quando os homens deram nomes às coisas, eles só fizeram seguir suas paixões [ou sentimentos] e imaginações quando o objeto as excitava e quando não as tinham expressas por sons que tinham relação com isso; imagino que não só Adão, mas também os outros homens, com frequência, quiseram *onomatopoein*¹⁴² quando encontravam novos objetos e, embora acredite que muitas palavras vêm de uma língua primitiva, [acredito] que muitas outras tenham sido inventadas a partir do encontro de nações ou raças.¹⁴³

na Ásia Menor por outro. Destes últimos, alguns penetraram até a Índia e deram à luz as [línguas] indo-citas, outros geraram os partas e os persas”. (trad. D. Droixhe, modificado em um detalhe).

¹³⁵ Boxhornius, *Originum gallicarum liber*, 1654.

¹³⁶ Aqui optamos por traduzir *sympathie* pelo sentido que subjaz ao verbo grego συμπαθέω, tendo como um dos significados *estar de acordo, concordar*. [N. do T.]

¹³⁷ P. Bayle, *Dictionnaire historique et critique*, 5.^a ed., t. IV, p. 561, note H.

¹³⁸ D. Droixhe, “Le voyage de Schreiten”, in *De l’origine du langage...*, *op. cit.*

¹³⁹ A I, 12, 604-605, traduzido por M. Crépon (ed.), *L’harmonie des langues*, *op. cit.*, p. 154.

¹⁴⁰ A I, 12, 636 et Crépon, *op. cit.*, p. 156.

¹⁴¹ Quanto ao Princípio de Razão Suficiente, veja-se **Monadologia**, §32. [N. do T.]

¹⁴² Sobre onomatopeia veja a nota 20. [N. do T.]

¹⁴³ *Carta de Leibniz a Sparvenfeld de 29 de novembro de 1697*, in: PIAUÍ, 2012, p. 28.

(2) Contra o empirismo e em particular [contra] Locke, Leibniz inverte a ordem usual de formação de nomes próprios e comuns. Assim: “E é certo que todos os nomes próprios ou individuais foram originalmente apelativos ou gerais”¹⁴⁴. Leibniz, em sua refutação de Locke, toma como exemplo “as crianças e aqueles que pouco conhecem a língua que desejam falar, ou o assunto do qual falam, se servem dos termos gerais, como “coisa”, “planta”, “animal”, em vez de empregar os termos próprios que lhes faltam”¹⁴⁵. Esta tese é expressa por Leibniz como um axioma no início da *Brevis designatio*: “Eu assumo o seguinte axioma: *todos os nomes os quais chamamos de próprios foram, algum dia, denominações (appellativa)*; de outro modo, eles não teriam razão para se firmar”¹⁴⁶. Mostraremos mais à frente como isso é um axioma.

Para esses elementos teóricos, a *Brevis designatio* traz elementos históricos de ilustração e aplicação. A naturalidade da formação não impede, como acabamos de ver, a variedade de línguas, mas permite supor línguas primitivas, mesmo uma língua primitiva, com relação à qual as diferentes línguas são como dialetos ou deformações. Mas devem permanecer vestígios da(s) língua(s) antiga(s) nas línguas atuais. O início indica, como vimos acima, que as línguas ocupam o lugar dos monumentos antigos quando faltam as fontes históricas propriamente ditas¹⁴⁷. Como? Nos nomes próprios, em particular topônimos, permanecem, enquanto os povos que deram esses nomes há muito desapareceram do país. Há uma analogia com a pesquisa que Leibniz fez sobre fósseis, publicada no *Protogea* (escrito por volta de 1691 e publicado em 1749)¹⁴⁸.

Esta gênese de nomes próprios se aplica a cidades, montanhas, especialmente os nomes de rios¹⁴⁹: por exemplo, Elba ou Alpe são nomes comuns nas línguas de origem, mas são nomes próprios para nós. Também se aplica a nomes de pessoas. Leibniz mostra, o que é bem conhecido, que, em latim, as pessoas eram designadas por uma peculiaridade, a saber, um traço geral (por exemplo, Brutus, César, Augusto: a saber, respectivamente, ser afetado por uma estupidez aparente, nascer por incisão, ser objeto de veneração). Na *Brevis designatio*, o mesmo processo se aplica também a nomes que não entendemos, ou seja, a nomes cuja formação não podemos restaurar pela presença de um termo geral passível de ser entendido em uma língua

¹⁴⁴ *Novos ensaios III, 1, §3, in: PIAUÍ, 2019, p. 45.*

¹⁴⁵ *Id. ibid.*

¹⁴⁶ *Brevis designatio, in: PIAUÍ, 2019, p. 91.*

¹⁴⁷ *Brevis designatio, in: PIAUÍ, 2019, p. 91; Novos ensaios: “E, quando não houver mais livros antigos a examinar, as línguas ocuparão o lugar dos livros, pois são os mais antigos monumentos do gênero humano.” (LEIBNIZ, *Novos ensaios III, 9, §8. Trad.: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 2004, p. 329.*)*

¹⁴⁸ Leibniz, *Protogea*. Trad. Nelson Pappavero *et al.* São Paulo: Plêiade/Fapesp, 1997.

¹⁴⁹ *Novos ensaios III, 2, §1, in: PIAUÍ, 2019, p. 59-60.*

corrente ou em várias; isso não pressupõe que todos os nomes comuns sejam compreendidos, mas que apenas estes são capazes de ser compreendidos conceitualmente.

É nisso que a regra de formação dos nomes próprios deixa de ser uma observação empírica para ter lugar de axioma, e para nos orientar na busca do mais antigo e no rastreamento das origens. Isso nos leva à terceira tese, que é propriamente histórica. Como um manuscrito citado em Bodemann afirma: “*Omnia nomina propria aliquando appellativa fuere. Ergo ubi non intelliguntur, mutationem linguæ esse factam*”¹⁵⁰. A análise das línguas torna-se assim uma tentativa de reduzir o carácter absolutamente ininteligível do nome próprio, visto que a sua única função parece ser um designador individual, mas também um estudo das variações e mudanças, entendidas como monumentos históricos. Leibniz mantém correspondência incessante sobre questões de toponímia e, mais geralmente, de etimologia, tendo em vista a *Collectanea Etymologica*¹⁵¹.

(3) Um nome próprio (entendido no sentido em que designa um indivíduo) que se tornou incompreensível é, portanto, um índice sedimentado de uma língua antiga, cujos significados gerais são esquecidos, de modo que para compreendê-lo deve ser analisado em seus componentes tentando encontrar equivalências inteligíveis por indução. A título de exemplo, Leibniz dá a explicação da gênese dos nomes pessoais in *-ric*. Venâncio Fortunato¹⁵² escreve sobre Chilperic:

*Adjutor fortis, si interpres barbarus adsit
Hulpe enim auxilium hodie est.*¹⁵³

Completando um pouco a tradução de Emery, a passagem dá

O Poeta interpreta o nome de Chilperic por *forte ajuda*
Adjutor fortis, si interpres barbarus adsit

Hulp, de fato, ainda significa *ajuda* hoje em dia. Aqui, lembramos agora que há alguns anos os gigantes e heróis dos livros alemães da antiguidade muito recente eram chamados de *Recken*, que significa propriamente alongamento [*longutio*]. *Recken*

¹⁵⁰ “Todos os nomes próprios foram alguma vez apelativos. Portanto, onde [já] não possam ser compreendidos, é [aí] que se produziu uma mudança da língua”, ms. Hanovre, Landesbibliothek, XII, vol. I, 2, cité dans E. Bodemann, *Die Leibniz-Handschriften*, Hildesheim, 1966, p. 200.

¹⁵¹ Publicado em 1717 por Eckhard, a coleção está incluída no vol. VI de Dutens.

¹⁵² Venâncio Fortunato (*Venantius Honorius Clementianus Fortunatus*; ca. 530 – ca. 600/609), nasceu na Itália, recebeu uma educação clássica em Ravena, foi bispo de Poitiers, foi um poeta e compositor de hinos latinos (*Pange lingua gloriosi proelium certaminis* e *Vexila regis prodeunt*), por conta disso também foi uma importante figura histórica, com o objetivo de buscar patrocínio nas cortes da Gália merovíngia, escreveu poesia formal e informal para três dos irmãos reais, Sigiberto, Chariberto e Chilperico, e para muitas figuras influentes na vida eclesiástica e secular. Suas obras foram publicadas em 1573. [N. do T.]

¹⁵³ Auxiliador forte, se um intérprete bárbaro tivesse aparecido [para nomeá-lo] / *Hulpe*, com efeito, é o hodierno *auxílio*. Ver PIAUÍ, 2019, p. 92. [N. do T.]

ainda é *estender*, e os mastros ou bastões se dizem *Ricken* na região de Braunschweig [...]. Mas, com o passar do tempo e as frequentes transmigrações dos povos, os significados antigos e naturais das palavras na maioria das vezes foram alterados ou obscurecidos.¹⁵⁴

Venâncio Fortunato apenas desenvolve, com a ajuda de um “intérprete bárbaro”, os dois elementos que compõem o nome de Chilperic (Chilp ou Hilp) e -ric. O termo *Chilp* ou sua deformação *Hulpe* ainda significa “ajuda” (como em *Help*, *Hilfe* etc.). Resta explicar a palavra -ric, que Leibniz ilustra por termos ainda relativamente vivos (como *Recken*, gigante nos romances; ou *recken* significando alongado). Isso remonta a uma raiz celto-cita, da qual palavras como “rey, regula, rige, regere, reiffen, reissen” são derivadas, as quais também se referem ao alongamento e, metaforicamente, à força. Mas esse significado é [foi] esquecido, o que justifica a necessidade da presença do intérprete “bárbaro”.

Nessas condições, da mesma forma que, no *Dialogus* de 1677, *fósforo* equivale a *lucífero*, aqui o Chilperic é idêntico a *ajuda forte* ou *valente*, mas mantendo a mesma relação. No exemplo dado, Leibniz combina um elemento não motivado, mas ainda presente em outras formas nas línguas modernas (*Hulp* / ajuda) e um elemento motivado por uma etimologia que remonta a uma onomatopeia. No entanto, as etimologias não podem ser feitas de qualquer maneira; há um conjunto de condições que devem ser observadas para que seu uso seja eficaz.

Deste modo:

[Teófilo.] E as línguas em geral, sendo os monumentos mais antigos dos povos, antes da escrita e das artes, melhor testemunham a origem dos parentescos (*cognations*) e migrações. É por isso que as etimologias bem entendidas seriam curiosas e de consequência, mas é preciso juntar línguas de diversos povos, e de modo algum fazer saltos demasiados de uma nação a outra muito distante sem ter boas verificações, onde ajuda sobretudo conhecer os povos entre eles por garantia. E em geral não se deve dar algum crédito às etimologias, exceto quando há um grande número de indícios: de outro modo, isso é “goropisar”.

Filaleto. Goropisar? O que isso quer dizer?

Teófilo. Acontece que as etimologias estranhas e frequentemente ridículas de Goropius Becanus, sábio médico do século XVI, se tornaram provérbio, mesmo que, do contrário, ele não estivesse enganado demais ao pretender que a língua germânica, a qual ele chama de cimbérica, tenha tanto e ainda mais marcas de alguma coisa primitiva quanto [e que] o próprio hebraico¹⁵⁵.

¹⁵⁴ A tradução desta passagem reproduzida na edição Crépon (op. Cit., P. 172) é particularmente agradável. Obviamente, o tradutor entendeu que Chilperico era um valente auxiliar na presença de um intérprete, e que um certo Hulpe nos ajudou a entender isso hoje, exatamente como na mesma tradução, em sua versão inicial, um certo *Schreiten* ajudava decisivamente em outro ponto – ao passo que Leibniz se contenta em derivar o nome dos scridi-finlandeses de *schreiten*, andar. Veja D. Droixhe, art. cit., p. 94. Adicionamos a frase “Aqui ... Braunschweig” à tradução de Emery [... omitimos a frase final da citação, pois alude à tradução da *Brevis designatio* posta no apêndice do artigo. Para tanto indicamos a tradução constante em PIAUÍ, 2019, p. 89-122. N. do T.]

¹⁵⁵ *Novos ensaios*, III, 2, §1; in: PIAUÍ, 2019, p. 60.

Assim, o que Leibniz pretende não é buscar um sentido oculto na simples semelhança dos sons (é isso, por exemplo, o que faz Goropius), mas constituir conjuntos de fenômenos linguísticos, possibilitando a passagem seja pelo som, seja pelo sentido, de uma língua para outra e assim descrever, na falta de documentos, o parentesco e as mudanças de sede¹⁵⁶ dos povos identificados, como indivíduos, por características gerais cujo sentido, às vezes, se perdeu: assim os Scritti-finlandeses¹⁵⁷ são assim nomeados por sua aptidão particular para andar, correr, *Schreiten*. Depois das regras de identidade, vêm as variações e classificações das línguas por família: na verdade, as etimologias são apenas pistas na direção da constituição dos grupos de falantes, que Leibniz constitui por indução. O fundo comum é dividido em duas espécies, Japéticas e Aramaicas (norte / sul). No sul, encontramos árabe, hebraico, sírio, caldeu etc. Por tudo o que é comum às línguas do norte, Leibniz identifica um fundo japético ou celto-cita. Além disso, a prova pela etimologia se refere apenas à história de um conceito e não diretamente à sua natureza. Hans Aarsleff mostra claramente como Leibniz usa dois princípios arquitetônicos na questão etimológica: de um lado, o princípio de razão, que, como vimos, aqui como alhures, elimina a arbitrariedade aparente; e por outro lado a conexão entre todas as línguas que pode ser relacionada ao princípio da continuidade¹⁵⁸.

É natural que, do ponto de vista que adota, um povo, uma *gens*, que reflita aquilo que Leibniz chama de raça, seja idêntico a todos os falantes de uma língua e não tenha outro estatuto senão o linguístico. Mas se as línguas são assim associadas à diferença dos povos ou raças, a harmonia das línguas, na medida em que se refere a uma origem, é o sinal mais evidente da unidade da raça humana. Deste modo,

Pode-se julgar que todo o gênero humano é de uma mesma raça, o que se descobre particularmente pela harmonia das línguas que se acredita ser apenas a alteração das mesmas raízes, embora aparentemente a língua radical não exista mais. A comparação das línguas é o meio mais seguro e quase o único quando nos faltam as Histórias, o que nos ensina a conhecer os povos, visto que a língua é a tradição mais antiga e particular da antiguidade humana¹⁵⁹.

¹⁵⁶ Optamos por traduzir *résidence* por sede para harmonizar com o que consta

¹⁵⁷ Mantivemos a grafia original do artigo, mas Leibniz adotava ainda a forma *Scridi-Finni*, conforme podemos ler na *Brevis designatio*, in: PIAUÍ, 2019, p. 107 e LEIBNIZ. *Opera omnia*, tomo IV, II parte, Genebra, 1768, p. 192.

¹⁵⁸ Hans Aarsleff, “The Study and Use of Etymology in Leibniz”, in A. Heinekamp e Ingeborg von Wilucki (ed.), *Akten des internationalen Leibniz-Kongress 1966*, vol. III, Wiesbaden, 1969, p. 173-189. Ver também: H. Aarsleff, “Leibniz on Locke on Language”, *American Philosophical Quarterly*, 1964, vol. 1, n.º 3, p. 165-188 (reproduzido em R. Woolhouse, *Leibniz: Critical Assessments*, Londres, Routledge, 1993, vol. III, p. 452-495).

¹⁵⁹ Extraído por Davillé (*op. cit.* p. 404 n. 1 et 406 n. 3) do ms. XII b 713 q.

Os nomes dos rios podem, assim, ajudar no rastreamento complexo dos movimentos dos povos; mas, de maneira mais geral, a *Brevis designatio*, estabelece classificações e genealogias de línguas, em função das condições geográficas. Mas no que diz respeito às migrações dos povos germânicos, sai-se da questão linguística, já que agora há os historiadores. No entanto, é neste contexto que, em última análise, a questão da origem dos Francos entra em cena.

O ENSAIO SOBRE A ORIGEM DOS FRANCESES E O TEMPO DA HISTÓRIA

Na penúltima alínea da *Designatio*, falando das migrações dos povos germânicos, Leibniz indicou que os francos eram de origem báltica e invalidou expressamente tanto a atribuição de suas origens a partir dos fabulosos contos de Tróia (nos quais quase ninguém acreditou) quanto as várias tentativas de fazê-los vir da Panônia ou do Ponto Euxino (hipótese do *Palus Meotica*, o Mar de Azov), ou a chamada hipótese das colônias gaulesas¹⁶⁰, fazendo os francos descenderem dos gauleses que se tinham anteriormente estabelecido na Germânia: de acordo com os períodos da historiografia medieval e depois moderna, os francos eram originalmente de Tróia (Priamo tornando-se assim o primeiro rei dos francos) e depois da Germânia, ou mesmo do norte, mas para preservar a identidade nacional, foi proposto que esses habitantes da Germânia eram primeiramente gauleses, *ut Gallos Galliae reddant*¹⁶¹. É desnecessário assinalar que essas questões não são apenas de erudição histórica, mas têm um significado político que é função dos interesses que o poder pode ter para a reconstituição do passado; por exemplo, o mito troiano foi reavivado no século XVI, os autores mais ilustres, para o período da Renascença são Lemaire de Belges¹⁶² ou Ronsard¹⁶³. Da mesma forma, a questão da história das línguas, no período moderno, divide-se entre genealogia fantástica e métodos científicos dependentes de teoria linguística e investigação empírica complexa¹⁶⁴. Mas

¹⁶⁰ G. Lacarry, SJ, *Historia coloniarum a Gallis*, Clermont, 1677.

¹⁶¹ Este texto latino *ut Gallos Galliae reddant* pode ser assim interpretado: *para que os gauleses retornem para a Gália* ou ainda *para que se devolvam os gauleses à Gália*. [N. do T.]

¹⁶² Jean Lemaire de Belges, *Les Illustrations de Gaule et singularités de Troie*, 1510-1513; o livro III inclui, em particular, uma “Genealogia dos Príncipes descendentes dos troianos e, especificamente, dos franceses”; ver M. Simonin (ed.), *Dictionnaire des lettres françaises* (Grente), *Le XVI.^e siècle*, Paris, 2001, p. 726.

¹⁶³ Veja os argumentos dos quatro livros da *Franciade* (1ª edição, 1572) que associam a Guerra de Tróia e as origens da monarquia francesa até Pepino.

¹⁶⁴ A esse respeito, o próprio título da obra coletiva de D. Droixhe e Ch. Grell citada acima é particularmente eloquente.

sejam quais forem as motivações políticas dos textos leibnizianos, é principalmente a relação entre a história das línguas e a história dos povos que está em questão.

O problema particular subjacente, a história dos francos, foi particularmente bem estudado por seus aspectos medievais na obra de Magali Coumert¹⁶⁵ sobre narrativas originais até o século IX. Essa discussão não foi interrompida até o período moderno. Para se ter uma ideia da permanência e vivacidade das discussões sobre a origem dos francos ou franceses no início do século XVIII, basta olhar a extensa lista de títulos que compõe o capítulo “História dos francos” da *Bibliothèque historic* do Pe. Lelong¹⁶⁶, oratoriano, amigo de Malebranche, com quem Leibniz mantinha correspondência¹⁶⁷.

Nesse clima conflitante de historiadores sobre a questão, o parágrafo da *Brevis designatio* só poderia parecer muito curto e, acima de tudo, muito assertivo: Leibniz, propriamente falando, não fornece nenhuma evidência direta, mas apenas a refutação de outras hipóteses ou lendas. Uma razão para essa brevidade é que o escopo da observação sobre o francês é relativamente equívoco em relação ao próprio objeto do texto. Com efeito, Leibniz esclareceu que a pesquisa, que detalhava, estava relacionada com o que se pode dizer dos povos sem o auxílio de fontes históricas, ou seja, as narrativas de primeira mão ou suas repetições posteriores¹⁶⁸. Foi em 1715, um ano antes de sua morte, que Leibniz publicou seu *De origine Francorum disquisitio*, em uma editora em Hanover¹⁶⁹; a edição de Dutens¹⁷⁰ contém também abundante anotação de Eckart, que inseriu o texto em seu *Leges Francorum Salicæ*¹⁷¹. No início

¹⁶⁵ M. Coumert, *L'origine des peuples*, Paris, 2007.

¹⁶⁶ Jacques Lelong (*Jacobus Longus* 1665-1721) foi um bibliógrafo francês. Ele se uniu aos Cavaleiros de Malta com a idade de dez anos, mas depois juntou-se aos Oratorianos. Foi sacerdote do Oratório e bibliotecário do estabelecimento da Ordem em Paris, onde passou a vida recluso. Ele publicou pela primeira vez uma *Bibliotheca Sacra* (1709), um índice de todas as edições da Bíblia, depois uma *Bibliothèque historique de la France* (1719), um volume de tamanho considerável, contendo 17.487 itens aos quais Lelong às vezes acrescenta notas úteis. Seu trabalho está longe de estar concluído. Seu trabalho foi retomado por Charles-Marie Fevret de Fontette, conselheiro do *parlement* de Dijon, que gastou quinze anos da sua vida e muito dinheiro reescrevendo a *Bibliothèque historique*. Os primeiros dois volumes (1768 e 1769) continham até 29.143 itens. Fevret de Fontette morreu em 16 de fevereiro de 1772, deixando o terceiro volume quase concluído. Surgiu em 1772, graças a Barbaud de La Bruyère, que mais tarde publicou o 4.º e o 5.º volumes (1775 e 1778). Nesta nova edição, a *Bibliothèque historique* é uma obra de referência da mais alta ordem; ainda é de grande valor. [N. do T.]

¹⁶⁷ Jacques Lelong, *Bibliothèque historique de la France*, nova edição, 1769, p. 3-20. Esse repertório indica 191 títulos de obras ou de partes de obras anteriores ao ensaio de Leibniz (1715), ou contemporâneas; pouco mais de uma dezena são adicionados depois disso.

¹⁶⁸ Sobre a consideração de Leibniz sobre as fontes da história, ver Davillé, *op. cit.*, L. II, cap. 2.

¹⁶⁹ G. G. L., *De Origine Francorum disquisitio*, Hanovre, Förster, 1715, 44 p. [N. do T.: Foi feita uma tradução integral do *De origine Francorum disquisitio* para o português a partir da edição de Hanôver, com alguns cotejamentos com a edição Dutens, in: PIAUÍ, 2019, p. 123-162.]

¹⁷⁰ Dutens IV-2, 146-167.

¹⁷¹ Eckart, *Leges Francorum Salicæ et Ripuariorum*, Francfort et Leipzig, Förster, 1720, p. 247 sq.

do opúsculo, Leibniz alude ao caráter paradoxal detectado pelos leitores do ensaio de 1710, ao qual ele também afirma em uma carta de 1715 a Remond anunciando o opúsculo:

Para variar um pouco, M. d'Imhof também trará a você uma curta, mas um tanto paradoxal, Dissertação, que fiz sobre a Origem dos franceses, em se[sua] primeira, segunda, terceira e quarta sedes. Provo por passagens formais, mas pouco observadas, dos Antigos, que eles vieram originalmente do Mar Báltico; que sua segunda sede era entre o rio Mein e as montanhas Harz; a terceira entre o Weser e o Reno; e a quarta na Gália. Peço-lhe, senhor, que não diga mais nada aos seus amigos, até que receba esta carta, que então lhe peço que a copie bem, para que o sr. Barão d'Imhof a apresente a M., o Marquês de Torcy, pois quando o sr. d'Imhof aqui passou, o tempo não me permitiu mandar copiá-la bem¹⁷².

De fato, Leibniz fez imediatamente uma tradução da *Disquisitio* sob o título *Ensaio sobre a origem dos franceses*, que comunicou a Rémond de Montmort para que fosse copiada e devidamente encadernada, a fim de entregá-la a Luís XIV; mas o tempo gasto para fazer a cópia e a encadernação não permitiu isso; o rei morreu em 1º de setembro, a obra foi finalmente entregue ao Regente em dezembro¹⁷³. Esta tradução apareceu, com diferenças mínimas, na coleção Des Maiseaux¹⁷⁴. O objetivo do opúsculo é fornecer provas da nova hipótese ausente do ensaio inicial ao mesmo tempo como uma refutação decisiva das hipóteses concorrentes. Em qualquer caso, as provas apresentadas no *Ensaio*¹⁷⁵ não revelam apenas [questões] de etimologia e considerações linguísticas.

O ensaio é dividido em duas partes principais: os parágrafos 1 a 16 fornecem evidências da origem báltica dos francos, enquanto os parágrafos 17 a 38 descrevem as migrações dos francos na Alemanha, a partir do prefácio à Lei sálica. A Lei Sállica é um nome próprio: o que Sállica significa?

Depois de lembrar a *Brevis designatio*, Leibniz apresenta o estado da questão: João Isaac Pontanus¹⁷⁶ e Adriano Valésio¹⁷⁷ mostraram que os franceses viviam na margem direita do Baixo Reno antes de entrar na Gália, e isso é o suficiente para eles, já que eles não tinham os documentos que ele [Leibniz] usa. No entanto, ele evoca a tese troiana, ao reconstruir o mito: após a captura de Tróia, os francos passam pelo Ponto Euxino, a *Palus Meotica* [isto é, a Lagoa Meótida], o Danúbio, a Panônia (Hungria); então, nessa hipótese, eles teriam sido usados pelo

¹⁷² Leibniz à Rémond, junho-dezembro 1715, GP III, 645.

¹⁷³ O manuscrito enviado ao Regente está conservado na BnF [ms. fr. 5695].

¹⁷⁴ Des Maiseaux, *Recueil de diverses pièces sur la philosophie, la religion naturelle, l'histoire, les mathématiques etc. par Mrs Leibniz, Clarke, Newton et autres auteurs*, Amsterdam, 1720 II, p. 217-255.

¹⁷⁵ Certamente se refere à *De origine francorum disquisitio*.

¹⁷⁶ J. I. Pontanus, *Originum Francicarum Libri sex*, Hardewijk, 1616.

¹⁷⁷ Adriano Valésio é também conhecido como Adrien de Vallois [N. do T.]. A. Le Valois, *Gesta francorum*, Paris, 1658.

imperador Valentiniano contra os alanos para ir para o oeste, o que é um absurdo, porque os francos já estavam no Reno antes desse imperador. Leibniz, portanto, refuta Tritêmio e evoca Próspero da Aquitânia (Próspero de Tiro) como uma possível fonte da fábula. Mas, para aumentar a fama do povo (*claritatem gentis*), remonta-se a Alexandre, o Grande, e aos macedônios. Leibniz lembra a história de Fredegário, que teria dividido os francos que deixaram Troia em dois grupos, um indo para a Macedônia e o outro sob o rei Friga indo em direção ao Danúbio, para ir ocupar a margem do Reno sob a liderança de Francião (donde o nome dos francos), e mostra, na história de Fredegário, uma confusão entre São Jerônimo e Próspero. O auge do mito é alcançado com a ficção dos francos auxiliando Alexandre, o Grande. Em seguida, passamos aos historiadores, como Gregório de Tours, para quem a origem não é Troia nem Macedônia, mas Sicâmbria e Panônia (Hungria). A hipótese das colônias gaulesas de P. Lacarry é assimilada a uma petição de princípio.

Leibniz pode então fornecer a verdadeira origem, como ele a resume na carta citada acima. É revelado pelo anônimo de Ravenna (publicada por Dom Porcheron e Gronovius): a *linea Francorum* viria de países entre o Oder e o Báltico. O que constitui a primeira prova. A segunda prova é constituída pelo poema então inédito de Ermoldo Nigelo¹⁷⁸. É confirmada pelo anônimo de Ravenna e o uso de uma etimologia de rio (os antigos dinamarqueses tomam o nome de Däne ou Dine, nome do rio Eider). A terceira [prova] vem da própria teoria dos que propõem a teoria da *Palus Meotica*: eles a confundiram com o que na realidade era o Mar Báltico. A descrição das sedes posteriores usa o prefácio da Lei Sálica para indicar que a segunda sede dos francos “foi entre o Elba e o Weser”, a terceira [sede] entre o Weser e o Reno, antes de passar para a quarta e última sede, os gauleses. Em apoio a esta tese, vem a identificação do [rio] Sala, donde a lei adquire seu nome, [a partir] daquele da Francônia e não do da Turíngia. Como podemos ver, a toponímia apoia o raciocínio em evidências históricas, mas não é o único objeto de estudo.

Assim, em tempos acessíveis à história, cruzam-se as determinações linguísticas e os testemunhos escritos e interpretados. A toponímia, como é o caso do nome do [rio] Sala e da vila de Salageve¹⁷⁹, de onde se originou a lei, não oferece um testemunho inequívoco, pois

¹⁷⁸ Ver Magali Coumert, *op. cit.*, p. 378 sq. o que mostra, aliás, como no século IX, com Ermoldo Nigelo e Fréculff, as origens troianas se transformaram em origens nórdicas. Essa historiadora tem uma visão bastante relativista desses diferentes relatos, que, segundo ela, são menos padronizados pela busca da verdade histórica do que pelas necessidades do momento. [N. do T.: optamos por fazer uma correção ao nome *Ermoldo*, que no texto francês aparece *Ernoldus*, mas que no texto do *De origine Francorum*, de 1715, aparece como *Ermoldus Nigellus*.]

¹⁷⁹ Sobre *Salageve*, veja-se o que Leibniz diz na *De origine francorum* § 24, in: PIAUÍ, 2019, p. 147. [N. do T.]

sempre existe a possibilidade de homonímia. Nesse sentido, é compreensível que Leibniz, na realidade, restrinja o uso da etimologia à história das línguas e dos povos considerados apenas do ponto de vista da linguística.¹⁸⁰

¹⁸⁰ O autor do artigo apresenta em seguida uma tradução parcial da *Brevis designatio*, que recomendamos seja lida em sua versão integral *in*: PIAUÍ, 2019, pp. 89-122. [N. do T.]